



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE ABRIL DE 2014

NÚMERO 2

INICIO 21.00 HORAS

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO
DIA 29 DE ABRIL DE 2014** -----

Nº. 02/2014 -----

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número quatro barra dois mil e catorze, de catorze de abril de dois mil e catorze, tendo comparecido os seguintes Vogais: - António Manuel dos Santos Mendes; Rogério Paulo de Sousa Palácio; Maria do Rosário Costa Martins; Célia Maria Rodrigues Abreu; Rui Manuel Ferreira; Carlos Manuel Marques Alves; Carlos Alberto Dias; Maria Adelaide do Vale Quaresma Ferreira; Sónia Cristina Marques Varino; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Virgílio Manuel Rosa André; Raquel Martins Gaspar; João Pedro Viegas Santana; Nuno Filipe Medroa Cristóvão; João Carlos Baião da Silva; Jorge Manuel Louro Pereira; António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltou à Sessão o vogal do PS: - Rui Paulo Serras Vermelho. -----

Estiveram presentes os seguintes elementos do Executivo Municipal: - Presidente – Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Vereadores – Daniel Freire da Encarnação Martins; António Luís Fernandes Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão e Natércio Francisco Canelhas Candeias. -----

Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos que fossem necessários, Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Rogério Paulo de Sousa Palácio, 1.º Secretário e Maria do Rosário Costa Martins, 2º. Secretário. -----

ABERTURA -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes. Em seguida iniciou os trabalhos com o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Presidente da Assembleia Municipal – Colocou à consideração da Assembleia a análise e discussão de documento relativo à defesa da Escola Pública que lhe fora dirigido por um



conjunto de subscritores. Caso a pretensão fosse aceite, esta estava acompanhada de uma eventual subscrição individual. Proposta de análise aceite por unanimidade.-----

Vogal Carlos Alves (PS) – Referiu votar a favor, considerando que o Partido Socialista defende a Escola Pública.-----

Documento aprovado por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Apresentou ofício referente a convite da Resitejo para que todos os elementos que compõem a Assembleia Municipal realizem uma visita às instalações em dia e hora que queiram indicar. A Mesa aguarda data que entendam sugerir. ---

Presidente da Assembleia Municipal - Colocou em análise a ata de 27 de dezembro de 2013. --

Vogal Carlos Alves (PS) – Interveio aludindo a alguns erros ortográficos constantes das atas.----

A Ata de 27 de dezembro de 2013 foi aprovada por maioria com uma abstenção da vogal Célia Abreu.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Colocar à consideração dos eleitos a ata de 28 de fevereiro de 2014, em relação à qual o 1.º Secretário Rogério Palácio indicou algumas incorreções entretanto detetadas. -----

Ata de 28 de fevereiro de 2014, aprovada por unanimidade. -----

Vogal Virgílio André (CDU) – Apresentou documento relativo a “Saudação aos 40 anos do 25 de Abril, anexo 1¹.-----

Vogal Carlos Dias (PS) – Interveio referindo que o edital n.º 16/2014 relativo às análises da água deveria ter uma linguagem mais acessível à população. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Interveio referindo-se ao 25 de abril, relevando que 40 anos de democracia não se podem confundir com os últimos dois ou três anos, que puseram em causa algumas conquistas do 25 de abril. Em 1975 Portugal e os portugueses livraram-se de uma ditadura totalitarista protagonizada pelo partido comunista que com 12,8% dos votos, quase tomou conta do poder em Portugal. Lamentou que podia ter havido uma comemoração do 25 de abril pela Assembleia Municipal. -----

Questionou relativamente ao estudo da Deco sobre a poluição do ar na zona de Constância,

¹ Documento apresentado pelo vogal – Virgílio André: “Saudação aos 40 anos do 25 de Abril”



desejando saber se já foi diligenciado alguma intervenção para que se possa aferir se a poluição atmosférica está ou não a causar malefícios à população do concelho de Constância, assim como saber o entendimento do executivo sobre o assunto.-----

Presidente da Câmara Municipal de Constância – Informou que não detém outros elementos que permitam apoiar o estudo que a Deco apresentou. -----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Interveio realçando o empenhamento do PCP em destruir todos os pilares económicos e sociais do antigo regime logo após o 25 de abril. Lamentou que passados 40 anos, dos sete grupos económicos então existentes, apenas um não existia na altura referindo-se ao senhor Belmiro de Azevedo, mas que hoje são os mesmos grupos, as mesmas famílias que governavam o país antes do 25 de abril, são os mesmos que hoje dominam a economia nacional e que determinam as políticas deste país. Continuou dizendo que não se pode esquecer a responsabilidade que o Partido Socialista teve na implementação dos contratos a prazo em 1983, que são hoje a selvajaria das leis laborais. Atualmente temos cada vez mais pessoas a trabalhar em dois, três, quatro empregos para sobreviver, não para enriquecer. Continuou referindo não se poder esquecer o papel que o partido socialista assumiu na adesão à União Europeia, cuja consequência a foi abdicação total da economia nacional; tal como atualmente acontece com a troika. Em 1985 e 1986 com a entrada da União Europeia, também se abdicou tudo, com custos, porque a seguir vieram as empresas estrangeiras, e viu-se o que aconteceu à pesca, à agricultura, à metalomecânica e o partido socialista não pode enjeitar responsabilidades. Começaram então as privatizações, chegou-se ao ponto que neste momento os euros pagos pela energia, já não param em Lisboa, em Londres ou em Paris, vão diretamente para Pequim. Continuou dizendo que são apenas exemplos das responsabilidades que o Partido Socialista teve nestas questões ao longo dos anos: O partido socialista quando está na oposição diz: “não faria isto, não faria aquilo”, mas depois quando está no governo, ainda faz coisas muito piores. -----

Concluído o período antes da ordem do dia, a segunda secretária procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão. -----

Presidente da Assembleia Municipal: Informou que por solicitação do executivo requeria que o ponto 3 da ordem de trabalhos passa-se para ponto 2. Alteração submetida a aprovação da Assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



Período da Ordem do Dia -----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** relativos ao ano de 2013, definidos no n.º 2 das Considerações Técnicas do Pocal; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da **1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO** para o Ano de 2014; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação dos **ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA**;-----
5. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º. 2 do artigo 25º. da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro;-----
6. Outros assuntos de interesse.-----

ORDEM DO DIA -----

1. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não se registou nenhuma intervenção do público.-----

2. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2013, DEFINIDOS NO N.º 2 DAS CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS DO POCAL; -----

Presidente da Câmara Municipal – Salientou que este documento reflete o mandato autárquico passado, no qual este executivo está desde 19 de Outubro, referindo que o mandato se desenvolveu numa conjuntura difícil, com cortes sucessivos nas receitas, com origem quer do orçamento de estado, quer por via das receitas próprias e inclusive pelo aumento da carga fiscal, por via do IVA, quer pelo aumento do custo de determinados bens e serviços, também os encargos das prestações sociais dos funcionários aumentaram e tudo isso se reflete em termos da receita e da despesa. Relembrou ainda que todos os municípios viveram um mandato autárquico sobre determinadas leis que comprometem a autonomia do poder local, como sendo a Lei dos compromissos, com algumas penalizações para as autarquias que cumprem os seus compromissos.-----



Realçou ainda que este relatório e prestação de contas, mostra que todos os requisitos exigidos foram cumpridos, designadamente as questões relativas à redução de pessoal, ao equilíbrio financeiro e orçamental, no âmbito do equilíbrio corrente e efetivo, em termos da capacidade de endividamento, também se está aquém daquilo que é exigido em termos de equilíbrio, pode dizer-se que termos globais e dentro desta conjuntura económica e financeira as taxas de execução foram elevadas. Em síntese disse que o documento técnico que compõe o relatório e a prestação de contas, contém uma parte mais de natureza interpretativa que será fácil de interpretar e que reflete o que se passou nos últimos quatro anos e concretamente no ultimo ano de 2013, a que se reporta esta Conta de Gerência. -----

Vogal Célia Abreu (PS) – Referiu ter verificado que o município cumpre os limites impostos pela Lei das Finanças Locais, mas devido ao que considera atraso na entrega do documento às bancadas desta Assembleia, não lhe foi possível fazer uma análise criteriosa de todos os mapas que o compõem. Solicitou esclarecimento relativo ao constante na página 12, no último parágrafo, quando se fala em FEF de capital e no FEF de Corrente, parece haver uma troca, quando se lê FEF de Capital, devia-se de ler FEF corrente, porque o próprio mapa assim o indica, o peso de 80% é do FEF corrente e não do FEF de capital. Na página 16, questionou a existência de diferença entre a previsão e a receita cobrada relativa à venda de bens de investimento. Solicitou ainda esclarecimento relativo ao aumento da rubrica de deslocações e estadas em percentagem de 268% que consta na página 20, no mapa de aquisição de serviços.

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que em sua opinião o aumento na rubrica deslocações estará relacionado com a visita dos jovens em Julho do ano passado, que rondou os 10.000,00 euros. Referindo não ter conhecimento que no mandato anterior tivessem sido feitas outras deslocações que justifiquem o valor questionado. -----

Vogal Célia Abreu (PS) – Disse que na demonstração de resultados na conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, existe uma diferença relativamente ao ano de 2012 de 1.000.000,00 euros, pelo que solicitou explicação sobre esta diferença. -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu, embora com alguma margem de incerteza, poder atribuir a diferença constatada a movimentos de transferências do QREN.-----

Vogal Célia Abreu (PS) – Fazendo uma análise comparativa com o ano de 2012 indica a inscrição de uma verba respeitante ao Feder de capital, que em seu entender deveria ter ser



retirada desta rubrica e não foi. Em termos comparativos ao ano 2012, se essa rubrica for retirada da conta 74, o que implica em termos de resultado é que o resultado liquido, passa de positivo a negativo, daí a pergunta, se é efetivamente o feder de capital que está aqui escrito ou não. -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu tratar-se de um documento técnico, elaborado por técnicos que podem errar, mas neste momento teria de confiar no documento cujo Tribunal de Contas há-de analisar.-----

Vogal Raquel Gaspar (CDU) – Referiu que a conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, pode e deve contemplar todas as transferências que a Câmara recebeu por parte de várias instituições, sejam elas europeias, ou nacionais, deste modo esta conta está correcta e os 1.000.000,00 euros, estarão bem registados. -----

Vogal Célia Abreu (PS) – Contrapôs dizendo que com exceção das transferências de capital relativamente ao Feder, porque são custos de investimento que devem de ser distribuídos ao longo dos anos.-----

Vogal Raquel Gaspar (CDU) – Respondeu dizendo que a câmara pode registar o investimento num determinado ano e depois fazer as devidas amortizações.-----

Vogal Célia Abreu (PS) – Retorquiu que deve ter em conta o princípio da especialização e dividir pelos diversos anos, onde esse investimento vai ser feito, não deve ser contabilizado o investimento total do ano. -----

Vogal Raquel Gaspar (CDU) – Referiu ainda que pode não o fazer, mas o documento está correto. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Apresentou uma recomendação para que no futuro os documentos sejam entregues aos vogais em suporte digital alegando que lhe facilita o trabalho e a organização, sendo que quem o desejar poderá receber em papel.-----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Referiu considerar importante algumas reflexões relativas às questões financeiras do município, nomeadamente na página 3, disse que desde de 2010, as transferências do orçamento de estado foram reduzidas no seu valor total em 1,4 milhões de euros, em sua opinião seria importante todos terem a percepção do que é ou não possível realizar. Durante três anos retiraram muito dinheiro, 1,4 milhões de euros, que dava para fazer o Centro Escolar de Montalvo; na página 9, a Câmara e a Assembleia Municipal optaram e

bem, por reduzir o IMI e essa redução traduziu-se numa quebra de receita para o Município de 41.205,93 de 2012 para 2013; também na página. 19, primeiro quadro, custos com pessoal, considera escandaloso, e revoltante, pois mesmo com o pagamento de subsídio de férias e subsídio de natal, como é que no ano de 2012 para 2013, se dá ao Estado mais 95.000,00 euros, no que se refere às contribuições para a Segurança Social, isto de facto é outro roubo, só num ano aumentam mais 95.000,00 euros de impostos através da Segurança Social. Continuou dizendo que a capacidade de endividamento é excecional, mantendo 1.655.000,00 de margem de endividamento, embora as leis do Orçamento de Estado não permitam que se vá buscar este dinheiro; Salientou que na pagina 26, segundo parágrafo, em que diz que embora esta situação seja de um forte e saudável equilíbrio não se pode deixar de assinalar que com os novos critérios de equilíbrio corrente determinados na nova Lei de Finanças Locais, a manutenção do equilíbrio corrente será extraordinariamente difícil de alcançar, já que à atual relação receitas correntes/ despesas correntes os municípios terão de passar a somar ao lado da despesa a amortização média (425 mil euros / ano) dos empréstimos, considera que a Câmara em conjunto com a Associação Nacional de Municípios devia fazer um grande forcing, porque uma coisa é pedir dinheiro para despesas correntes, outra coisa é pedir dinheiro para investimentos e todo dinheiro que foi pedido foi para investimentos quanto muito podia vir aqui os juros, isso é outra coisa, como é que é possível por força da lei obrigarem a introduzir essa despesa nas despesas correntes, quando foi para investimentos. Disse também que o abatimento de 400.000,00 euros no mandato anterior na dívida o que é digno de registar e muito ainda com uma transferência, os problemas que houve com a ponte sobre o Tejo e as transferências para o lar de Santa Margarida, para a Santa Casa da Misericórdia de Constância, não deixa de ser muito relevante o resultado final. Na última pagina, nos centros de responsabilidades também referiu os custos com a iluminação pública do concelho, expondo que em 2007 e 2008, nós tínhamos um saldo positivo com a EDP derivado das rendas que recebíamos da EDP. A renda que nós recebíamos dava-nos para pagar a iluminação pública, isto tem vindo a crescer e neste momento estamos com 212.566,00 euros de custos na iluminação pública, acho que é outro valor exagerado é também aqui um elemento e um dado concreto de como nós custeamos os lucros fabulosos destas empresas, mas infelizmente com convivência de muita gente.-----



Submetido à votação, a Assembleia Municipal deliberou por **maioria**, com 6 abstenções da bancada do PS e 1 abstenção da bancada do CDS-PP/MPT, aprovar os documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2013.-----

3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014 -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que em sua opinião não haverá necessidade de nenhuma intervenção dado que o documento parece estar explícito e contem documentação em anexo que de alguma forma ajuda na sua compreensão, mostrou-se disponível para responder a qualquer questão que possa surgir. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Interveio referindo que documento reflete opções legítimas, legais e que têm que ser efetuadas. Interveio dizendo que a bancada recebeu este documento ontem e segundo a lei a documentação tem que ser recebida pelo menos com dois dias úteis de antecedência, o que não se verificou, o que dificulta o desejado trabalho de análise -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal deliberou por **maioria**, com 6 abstenções da bancada do PS, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2014.-----

4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA; -----

Presidente da Câmara Municipal – Considera a documentação entregue manifestamente suficiente para interpretar e poderem votar com clareza os documentos. Referiu que os acordos de execução resultam da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro que prevê a delegação de competências através dos contratos interadministrativos ou de acordos de execução, tendo em conta os protocolos já existentes e a obrigatoriedade conforme preconiza a Lei 75/2013 de não aumentar a despesa pública, realizaram-se reuniões com os Senhores Presidentes de Junta das quais também resultou o documento que se apresenta.-----

Salientou ainda que no âmbito da interpretação da legislação que respeita a estas competências das Juntas de Freguesia, das Câmaras Municipais e mesmo na delegação de competências dizer que, e os Senhores Presidentes de Junta poderão falar pela sua experiência, durante estes 180 dias o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, viu-se obrigado a fazer um despacho interpretativo, que não se sabe muito bem qual é o seu valor legal, e teve de assumir algumas responsabilidades nesta área, portanto o que se apresenta é

o documento que foi discutido com as Juntas e que foi aprovado na Câmara e que agora se submete para apreciação. -----

Vogal João Pedro Santana (PS) – Referiu gostar de ver esclarecidas algumas dúvidas, dado ser uma transposição dos protocolos existentes, agora denominados acordos de execução, nota-se alguma diferença na proporcionalidade que existia anteriormente, entre os valores que estavam atribuídos para a Junta de Constância 250 euros e para a Junta de Montalvo 500 euros, em que era o dobro um do outro, agora considerando os valores que estão nos protocolos, Constância tem 332 euros e Montalvo 554 euros, partindo do princípio que as competências são as mesmas conforme consta no protocolo, questionou qual foi a base de apuramento dos valores para esta diferença. Questionou ainda se o apuramento dos valores globais que estão afetos a cada Junta de Freguesia no que diz respeito à limpeza se foram feitos com base na população e nos metros quadrados, em relação às escolas se teve em conta o número de alunos e o n.º de salas; referiu ainda que os 180 dias teriam sido já ultrapassados por volta do dia 19 de abril, tendo em conta a data de posse que foi no dia 19 de outubro, questionou se a Assembleia não deveria ter já tomado posição sobre estes acordos de execução e em relação ao documento em si, disse que contem algumas incorreções e alguns erros. -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que o valor foi utilizado, foi o valor de 2008, tecnicamente não houve alterações aos protocolos, que não fosse por decorrente do protocolo inicial relacionado com a atualização igual para todos, em termos percentuais no final de cada ano. O valor que a Junta de Freguesia recebeu em janeiro de 2013 é o mesmo que recebeu em fevereiro de 2013, a receber em 2014 atualizado de acordo com o protocolo que celebrou em 2008, porquanto o Executivo fez a prorrogação desse protocolo na última Assembleia, pelo que os valores não foram alterados e estando presentes os senhores Presidentes de Junta, se acharem que há alguma questão, ela pode ser validada tecnicamente Continuou referindo que relativamente aos prazos, efetivamente estamos em falta em 14 dias de prazo, o que não achou que fosse justificação para se fazer uma Assembleia Extraordinária. Este é o acordo possível nas condições existentes, podendo dentro do que a Lei permitir, fazer as adaptações necessárias tendo em conta que as juntas podem prestar um serviço de proximidade junto das populações. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Referiu também que a questão dos 180 dias foi ultrapassado, disse que maior parte das autarquias fez este trabalho ainda em 2013 e no seu entender poderia ter sido feito atempadamente dentro dos limites que estão consignados e estipulados na Lei n.º 75/2013. -----

Submetido à votação, a Assembleia Municipal deliberou por **unanimidade**, aprovar os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia. -----

5. APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º. 2 DO ARTIGO 25º. DA LEI N.º. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

Foi presente a Informação Escrita apresentada pela Presidente da Câmara Municipal tendo havido as seguintes intervenção: -----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que o núcleo de Finanças e Contabilidade no âmbito da gestão financeira e controlo da Divisão Municipal Administrativa e Financeira do Município está a viver dias complicados, devido ao défice de recursos humanos que resultou da saída de trabalhadores pelas razões que todos conhecem. Ao défice de recursos humanos juntou-se a Auditoria do Município, os procedimentos relativos às Festas do Concelho e a elaboração do Relatório de Gestão 2013, apesar do empenho e dedicação dos técnicos foi humanamente impossível emitir e expedir todos os documentos de forma como sempre o foi feita e para a qual apresentou desculpa e agradeceu a compreensão de todos pela entrega tardia de alguns dos documentos. -----

Informou também que a partir do próximo dia 2 de maio, iria contar, através da comissão de serviço, com uma Chefe de Divisão da Administração Financeira e Administrativa, que permitirá melhorar algumas das prestações dos serviços. -----

Continuou referindo que o ano não vai ser um ano fácil em termos do funcionamento da autarquia, concretamente do ponto de vista da Gestão. Decorrerá o início da construção do Centro Escolar, o que diretamente relacionado com a lei dos compromissos, com os fundos disponíveis e que tendo em conta as verbas a receber não são no imediato, implicará uma adequada engenharia financeira, feita com muita sabedoria e perspicácia. -----

Referiu ainda que a Câmara Municipal, à semelhança de outras entidades está a ser o grande suporte de algumas das famílias do nosso concelho, através de programas ocupacionais e que



atualmente mais de duas dezenas de famílias podem ter a insignificância de ter um ordenado mínimo nacional em casa ao final do mês devido a estes programas. Mas tal situação trás alguns constrangimentos financeiros à autarquia porque se há uma parte que os trabalhadores subsidiados ou os que estão no desemprego recebem por parte do Centro de Emprego, todos aqueles programas ocupacionais que são no fundo os programas do rendimento social de inserção, dos estágios, são aqueles que não têm rendimentos e a Câmara tem que avançar o dinheiro, apesar de ressarcidos, recebemos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, só que não é na medida certa e no tempo certo, portanto isto aqui implica um esforço financeiro grande.-----

Vogal Virgílio André (CDU) – Interveio no sentido de realçar que mais uma vez o mapa da dívida a entidades credoras por meses tem apenas uma verba relativo ao mês de janeiro de 900 euros e depois no mês de fevereiro, março e abril totaliza um total 75.000 euros em dívidas a fornecedores. Disse que estes valores revelam muito trabalho e muita organização. Lamentou o facto do mapa apresentado ter sido feito no dia 17 e apenas com três lançamentos no mês de abril, mas admite poder estar certo. Referiu ainda que o resumo de tesouraria do dia a ser apresentado à Assembleia no dia 29 fosse relativo ao dia 26 ou 27, mas não o dia 15.-----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Questionou qual o ponto de situação do campo de futebol e do centro escolar; porque ficou surpreendido com a abstenção do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Montalvo. -----

Vereador Arsénio Cristóvão – Esclareceu que relativamente ao campo de futebol está na fase de conclusão final para a aquisição do sintético, que irá ser colocado em Maio e até ao final do mês prevê-se que a obra esteja pronta.-----

Engº Jorge Heitor – Acrescentou que em relação ao centro escolar de Montalvo a garantia bancária já foi recebida e vai ser enviada a minuta do contrato conforme a legislação o determina para a empresa aprovar e concordar com as cláusulas do contrato, assim que estiver formalizado todo o processo será enviado para o Tribunal de Contas. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse compreender as razões que foram invocadas devido à falta de recursos do serviço, que leva a atrasos na realização de alguns trabalhos em tempo útil, referiu também que registou a forma humilde e o pedido de desculpas apresentado pela Senhora

Presidente da Câmara a esta Assembleia reconhecendo que o trabalho não tem sido feito em tempo útil. Solicitou que pelo facto da informação não estar completa que num futuro próximo a informação seja mais detalhada relativa às atividades mais relevantes que foram efetuadas. Questionou ainda sobre as considerações da Presidente de Câmara em relação à auditoria que está a ser feita na Câmara, se não haverá alguma ligeireza na identificação da análise destes problemas que foram detetados. -----

Presidente da Câmara Municipal – Considerou que a informação poderia ser mais detalhada, mas em relação à auditoria não seria ainda necessário ter feito alusão nesta informação dado que ainda não recebeu o relatório, apenas a Senhora inspetora fez um relato verbal, referiu que se tem que aguardar com tranquilidade o relatório da auditoria. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Agradeceu à Junta de Freguesia de Montalvo que exigiu e reclamou por estes dois equipamentos, Centro Escolar e Campo de futebol. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo – Disse estar contente com a construção destes dois equipamentos em Montalvo e espera que no futuro próximo se construam outras estruturas necessárias no Campo de futebol, terminou dizendo que espera que todas as pessoas da freguesia usufruam e desfrutem a nível do desporto e do Centro Escolar.-----

6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Constância – Apresentou um documento sobre as “Festas do Concelho / Festas Nossa Senhora da Boa Viagem / 2014” anexo².-----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Fez referência aos resultados finais dos investimentos estratégicos no país em que se viu consignada a remodelação da travessia atual sobre o tejo em Constância e salientou o empenhamento da Senhora Presidente e do executivo camarário na condução do processo. -----

Vogal Filipa Ferreira (PS) - Felicitou o Executivo pela organização das Festas do Concelho, em que se verificou uma grande mudança na sua organização e realçou a melhoria comparativamente ao ano anterior, de seguida questionou o executivo da razão de não terem ocorrido espetáculos descentralizados. -----

² Documento sobre as “Festas do Concelho / Festas Nossa Senhora da Boa Viagem / 2014”

Vogal Virgílio André (CDU) – Questionou sobre a responsabilidade pela iluminação da Ponte do Tejo entre Praia do Ribatejo e Constância Sul, dado que acende muito cedo, sendo um desperdício de energia. Refere que situação idêntica se verifica em alguns locais de Santa Margarida. Informou que na zona do Parque de Merendas junto do Lar da Santa Casa da Misericórdia, em Santa Margarida, está sem iluminação e questionou se Executivo tem planeado instalar ou alterar candeeiros existentes, dado que está previsto haver eventos que requerem iluminação em conformidade. -----

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que este ano as Festas do Concelho de Constância tiveram uma projeção regional e nacional que todos devemos estar satisfeitos, e em sua opinião as festas mudaram de figurino, tiveram organização e conseguiram a dinâmica e a projeção para que no futuro sejam melhores do que foram este ano. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que este ano o executivo decidiu não fazer as atividades descentralizadas nas freguesias e não entende ter sido negativo. A tomada de decisão deveu-se a que em março decorreram os jogos concelhios, e já estão planeadas outras atividades organizadas pelas associações que serão descentralizadas.-----

Relativo ao Lar da Santa Casa da Misericórdia, disse que o Sistema AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado é dispendioso mas é uma imposição legal, e manifestou preocupação com os acordos que não estão previstos neste momento para os novos lares que vão ser inaugurados. -----

Relativamente às Festas e sabendo que o ano passado foi um ano atípico, porque houve as cheias e a moral ficou muito em baixo, este ano o facto de haver sol ajudou, o facto de ter sido feito alguma reconfiguração do espaço ajudou na concentração das atividades, considerou que as pessoas ficaram mais fortalecidas e em termos da afirmação do concelho na região e no país. Informou ainda brevemente ir decorrer uma reunião com as associações para efectuarem a avaliação, realçou o facto do pároco ser a primeira vez que estava nas festas mas correu tudo bem, terminou dizendo que é uma festa de todos e todos se devem orgulhar de terem sido três dias que se soube acolher bem quem nos visitou e toda a nossa população. -----

Vereador Arsénio Cristóvão – Informou que o pagamento da iluminação na ponte é dividida pelos dois concelhos, Vila Nova da Barquinha e Constância, sobre o problema da iluminação disse desconhecer a situação e que certamente seria o relógio que se desacertou com faltas de



energia elétrica, mas amanhã irá averiguar e o mesmo irá acontecer quanto à iluminação junto ao açude. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO -----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

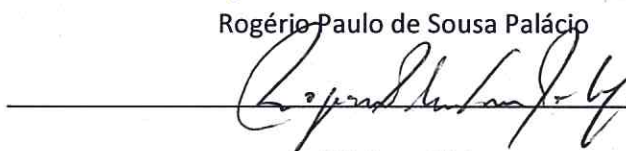
Presidente

António Manuel dos Santos Mendes



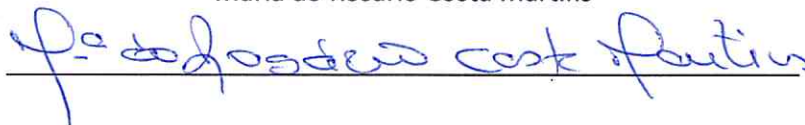
1.º Secretário

Rogério Paulo de Sousa Palácio



2.º Secretária

Maria do Rosário Costa Martins





Saudação aos 40 anos do 25 de Abril

Após 48 anos de ditadura feroz, de tortura nas prisões, de menorização das mulheres, de desigualdades gritantes, de miséria de um povo incomparável no continente Europeu, de 13 anos de sangrenta guerra colonial, de pobreza que lamentavelmente ainda hoje ^{persiste} ~~se mantém~~ e agrava, eis que, na madrugada de 25 de Abril de 1974, a liberdade, a alegria, a comoção e a esperança voltam a fazer parte do quotidiano dos Portugueses e também dos povos colonizados.

As radicais transformações políticas, económicas, sociais e culturais corporizaram um novo período da História Portuguesa marcado profundamente pela liberdade e pelo progresso social.

No nosso Concelho (como no restante país, nunca será demais lembrar), apenas uma pequena parte das habitações eram servidas pelo sistema de energia elétrica ou de água canalizada, o sistema de recolha de resíduos tal como a drenagem de esgotos eram inexistentes, rede de estradas praticamente todas elas em terra batida, o acesso à educação e saúde para muito poucos.

A Revolução de Abril significou, por isso, um extraordinário progresso da sociedade portuguesa. As suas grandes e históricas conquistas criaram condições para um dinâmico desenvolvimento económico, social, político e cultural, conforme os interesses, as necessidades e aspirações do povo português e de Portugal.

Apesar das suas aquisições históricas, muitas das suas principais conquistas foram, entretanto, destruídas.

A desregulamentação das leis do trabalho, a redução contínua dos rendimentos do trabalho e das reformas e pensões, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e à educação por falta de meios financeiros, a extinção de serviços públicos de proximidade essenciais à qualidade de vida dos cidadãos, os entraves na acessibilidade ao interior do país através de portagens, o esvaziamento de meios financeiros das autarquias, o abandono quase total de grande parte do território nacional, a entrega a privados e ao capital estrangeiro de empresas estratégicas nacionais são exemplos do que se perdeu e lamentavelmente continua a perder-se.

A grave situação que Portugal vive atualmente é indissociável das políticas de direita levadas a cabo ao longo dos últimos 37 anos.

Lembrar e comemorar a revolução de Abril deve ser, por isso, um tempo e um momento de afirmar a indignação e a recusa pelo que estão a fazer ao povo e a Portugal à sua História e ao seu futuro.

Nós, eleitos no Concelho de Constância, temos responsabilidades acrescidas, na defesa do que consideramos justo para a continuação do desenvolvimento até agora conseguido: A luta pelo pleno emprego dos nossos cidadãos de forma a fixar mais população jovem, a manutenção de serviços públicos imprescindíveis, como por exemplo os serviços de Finanças, o acesso fácil e eficiente aos serviços de saúde, particularmente na freguesia de Montalvo, a construção de uma nova travessia sobre o Rio Tejo, a recuperação da zona histórica de Constância, são algumas das áreas de intervenção em que nos devemos centrar para mantermos e irradiar a esperança e o progresso que a revolução de ABRIL nos proporcionou.

VIVA O 25 DE ABRIL

Os eleitos da CDU

Constância, 29 de Abril de 2014



Festas do Concelho/ Festas N^a. Senhora da Boa Viagem /2014

Quer a bancada da CDU saudar e felicitar a Câmara Municipal pelo êxito das Festas do Concelho/Festas N^a. Senhora da Boa Viagem 2014.

O envolvimento da população, a participação empenhada das Instituições e Associações, onde não será demais destacar as Escolas, a Santa Casa da Misericórdia, os Escuteiros e os Bombeiros tornaram com o seu trabalho, uma vez mais, Constância no centro das atenções da população da Região e do País.

A concentração das atividades na zona mais próxima da confluência dos Rios aliada á programação cultural enriqueceram substancialmente o resultado obtido.

As manifestações religiosas para além da grande adesão manifestada sobretudo na Procissão foi de uma notável organização e dignidade que há muito não era conseguida.

A afluência do público em grande número ajudou e fez justiça á qualidade das Festas.

A promoção do Concelho, em praticamente todos os Órgãos de Informação Regionais e Nacionais, foi um êxito que deve ser aproveitado e potenciado no sentido da manutenção da imagem do Município.

Haverá sempre aspetos a melhorar, mas tal como foi dito no início existem boas razões para saudar, felicitar e sentir orgulho daquilo que todos juntos, sob a égide camarária, conseguimos fazer.

Os eleitos da CDU

Constância, 29 de Abril de 2014